

Ultraje ao pudor

O Senado Federal primou por marcar a legislatura que termina com o ferrete da falta de compostura. Já dera mostras de que acima de tudo colocava o espírito de corpo ao absolver o senador Ronaldo Aragão, apesar de a Comissão Parlamentar de Inquérito do Orçamento haver acumulado provas contra ele e malgrado o próprio acusado ter admitido haver recebido dinheiro de empreiteira. Sublimou-se, contudo, anteontem, ao aprovar por prática unanimidade — o senador Eduardo Suplicy foi a única voz discordante — projeto de lei concedendo anistia a quem cometeu crimes eleitorais previstos em várias leis, inclusive o crime de imprimir, na Gráfica do Senado, calendários (senador Humberto Lucena, presidente da Casa) e cadernos (deputado Roseana Sarney, governadora eleita do Maranhão e filha do senador José Sarney). Ao descer à minúcia da encomenda feita à Gráfica e anistiá-la, reconhece que houve crime. Anistia os criminosos, comparando-os àquelas pessoas que o Estado Novo e o regime autoritário perseguiram e condenaram.

A absolvição de Aragão fora uma bofetada na face dos que clamavam por um mínimo de decência na política. A aprovação do projeto de anistia é mais que uma bofetada — é um estupro da consciência moral da Nação. Como disse o deputado Chico Vigilante, violentou-se o Regimento do Senado para aprovar o famigerado projeto. Era preciso abusar do pudor regimental e não ter vergonha de afrontar a Nação porque o tempo urge: não é apenas Lucena que deve ser anistiado; são mais 14 senadores que correm o risco de ter examinado o uso que fizeram do material impresso na Gráfica do Senado. Que importa o pudor, quando é da vida que se trata? Danem-se aqueles que fizeram mau juízo sobre essa votação afrontosa: os derrotados em outubro já foram vencidos; os vencedores tomarão posse. Que importa o julgamento que se faça sobre os pais da pátria? Eles fazem as leis que governam os descontentes e se anistiam em nome do princípio da independência dos Poderes. O Su-

premo que se recolha à sua insignificância e não se intrometa nos manejos gráficos dos senadores. Recolha-se à sua insignificância e condene, porque nós deste Senado que se auto-anistia por usar dinheiro público em campanha elei-

toral condenamos Collor de Mello, que havia renunciado à Presidência da República.

O Senado pode tudo. Declara o impeachment de um cidadão comum, só porque minutos antes era presidente

da República. Inocenta colegas réus confessos daquilo que o Congresso considerava falta de decoro parlamentar. Anistia quem preside seus trabalhos. Previne que membros seus sejam processados. Evita que os marimbondos em revolta piquem a filha de seu poeta. É uma esbórnica de tal ordem que poesia alguma do Bocage de antes do "Já Bocage não sou..." saberia descrever.

Não primam apenas pela falta de compostura. São exímios na arte de esgrimir soluções alternativas. Existe sempre a possibilidade de que a Câmara dos Deputados rejeite o projeto. E então? Já está pronto para ser apresentado outro projeto, este mais sutil do que o da anistia, alterando leis a fim de permitir que Lucena possa interpor outro recurso ao Supremo Tribunal Federal. É uma Casa que se isolou da Constituição Real do País — daquela que até mesmo os defensores do absolutismo real consideravam ser dever dos reis obedecer. Imagina ter — perdão, tem — poderes para quase tudo. Possivelmente, um dia desses, no ardor dos versos pornográficos que deveriam ter acompanhado a leitura do projeto, algum dos 42 nobres senadores que votaram a anistia decida mudar o sexo de alguém. Fará, e os outros o acompanharão se for do interesse da corporação.

P.S. — Sem dúvida, algum ilustre senador considerará essas palavras ofensivas ao Congresso Nacional. Não o são. Expressam apenas o horror moral diante de tamanha falta de compostura e traduzem a esperança de que, a sociedade protestando, não haja forças que se conluem para "salvar" mais uma vez a Pátria. Silenciar nesta hora é mentir aos homens bons.

O Senado esmerou-se no desprezo pela Nação ao votar a anistia a Lucena e a outros colegas

- 9 DEZ 1994

ESTADO DE SÃO PAULO